

rar os compromissos que têm perante os seus Estados e perante a população desta região, ansiosa para que se possa estabelecer aqui um clima de tranqüilidade que lhe assegure uma prosperidade sem sobressaltos.

De minha parte, tenho a consciência tranqüila de bem haver cumprido os meus deveres constitucionais. Só a paz que agora asseguramos a esta região conturbada me parece um epílogo digno de nossa grandeza democrática. Mas muito mais se pratica com o acôrdo, como a definitiva integração dessas gentes ao meio social, político e econômico de seu Estado. Se tudo isto não vale a renúncia recíproca, a compreensão e entendimento mútuo, então eu confessaria não mais acreditar naquilo que verdadeiramente venero como o mais profundo amor ao progresso, à paz e a esta grandiosa Pátria."

Era o que desejava dizer. (*Muito bem.*)

O SR. VALÉRIO MAGALHÃES (*Para uma comunicação*) — Senhor Presidente, Senhores Deputados, não há mais ressonância, porque se tornou lugar-comum neste País, qualquer notícia de greves, de desacato à autoridade, de indisciplina ou de emissões continuas de papel-moeda, este último fator, o principal, dentre muitos, para o clima de intranqüilidade por que passa a Nação.

Não bastasse esse estado de incertezas, de verdadeiro suspense em que vivemos, cuida-se nesta Casa, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados — em aliciamento que reputamos inoportuno e impatriótico — da transferência do Congresso, a princípio por noventa dias, para a cidade do Rio de Janeiro.

O nobre Deputado Amaral Neto, naturalmente não afeito ao Brasil interiorano, ao Brasil infeliz e

não conhecedor da realidade dos nossos angustiantes problemas no que tange à integração nacional de que Brasília é agente catalisador por excelência, é hoje o autor intelectual da trama desse verdadeiro complô, solicitando a assinatura dos Deputados ao requerimento que, com base no Artigo 66, inciso X, da Constituição — e alegando como motivo a insegurança do Congresso em Brasília — se aprovado em plenário traria, como consequência, o retorno à cidade Maravilhosa.

Somos, Senhor Presidente, que o momento é realmente dos mais graves de quantos difíceis temos vivido e requer de nossa parte, dos que ainda pensam no Brasil antes de pensarem em si próprios, meditação, estudo sério das diversas implicações que certas medidas, aparentemente acertadas, possam trazer no agravamento das crises que aí estão eclodindo todos os dias.

O motivo que se alega para a volta do Congresso ao Rio de Janeiro, é simplesmente ridículo, para não classificá-lo de asnático. Onde a insegurança ocasionada pela instalação do Parlamento em Brasília?... Não se deve justamente a esta cidade a manutenção do Regime pelo menos já em três ocasiões?... Que teria sido quando da renúncia do Sr. Jânio Quadros se estivéssemos no Rio de Janeiro, onde ele teria encontrado campo fértil às suas maquinações para levantar as massas obreiras e estudiantis, tornando-se ditador?... E logo após, quando da posse do Presidente João Goulart, com a declaração dos três Ministros militares, quais seriam as consequências?... Agora mesmo, na pseudo-intentona de alguns militares nesta Capital, se verificada na Vila Militar, quais teriam sido os resultados?... Faça-se análise serena, correta e imparcial dessas crises, e a dedução lógica é a de que Brasília salvou o regime, justamente por falta de ambiente para a fermentação de massas e de tropas.

O aspecto mais grave do problema em foco, entretanto, em nossa opinião, está justamente no impacto que o retorno traria ao País e ao mundo, com implicações de ordem administrativa, econômica, social e política de graves consequências. Ademais, se aprovada por nós esta loucura, certamente que o Poder Judiciário também não iria ficar aqui, sozinho, abandonado, já aí, sim, sem qualquer garantia para o seu integral funcionamento.

A inflação que aí está galopante atingiria os limites do paroxismo, a debacle financeira com toda a sua seqüência de males, aí sim, não havendo salvação ao regime, essa a verdade. Por outro lado, o levantamento da opinião pública, nos Estados, seria imediato, pois bem sabemos de como 80% do País foi e é favorável a Brasília, como centro de irradiação, de assistência e benefícios às regiões menos favorecidas, especialmente o centro e o extremo-oeste, o nordeste e o extremo-norte.

Essas tentativas de retorno, Senhor Presidente, que eclodem, vez por outra, e, — quando bem combatidas ficam em estado latente, em hibernação — ocasionam grandes males a esta Capital, principalmente no que diz respeito à iniciativa privada, já de si paralisada por falta de incentivo por parte do Executivo. Há que considerarmos também o funcionalismo desta Casa, muitos dos quais já radicados em Brasília, não sendo de se desprezar também a situação de muitos parlamentares que não tinham apartamento no Rio, principalmente os recém-eleitos e aqui se instalaram confiantes na permanência do Congresso Nacional.

Não vacilamos em afirmar que Brasília vive em torno do Congresso e a sua volta ao Rio, ainda mesmo que em "caráter precário", como alega o Sr. Amaral Neto, significaria o êxodo de quantos para aqui vieram de todos os quadrantes da Pátria, na antevisão de dias melhores e sob o império de nossa

Carta Magna, que determinou a interiorização da Capital do País.

Aqui a nossa denúncia, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados e com ela o nosso veemente protesto ao *complot* que aí está, tramado e cultivado na sombra, sub-repticiamente, de maneira a mais impatriótica possível. Estamos certos, entretanto, de que esta Casa saberá repelir, à altura, mais esta tentativa dos que nasceram em berço esplêndido, e por desajustados no Planalto, sonham em voltar ao litoral, às praias e a todos os divertimentos da Cidade Maravilhosa. (*Muito bem. Palmas.*)

O SR. DIRCEU CARDOSO (*Para uma comunicação*) * — Senhor Presidente, Senhores Deputados, V. Exa., Presidente Aniz Badra, na linha de sua vocação municipalista e eu, com o trabalho que aqui na Casa tenho desenvolvido em favor dos municípios capixabas, temos sido vozes acordes na defesa dos interesses dos Municípios brasileiros. Hoje, Sr. Presidente, quero trazer uma notícia que enche de satisfação e de encorajamento a todos os Municípios brasileiros. Neste ofício a direção do SENAM participa a V. Exa., como uma das vozes municipalistas mais altas e mais autorizadas de nosso País, que, este ano, as cotas do imposto de consumo e do imposto de renda destinadas a cada Município, calculadas sobre a arrecadação do ano passado, são as seguintes: imposto de renda, Cr\$ 3.879.629,60; imposto de consumo, Cr\$ 3.781.413,60, totalizando a quantia de Cr\$ 7.671.043,20.

Ao fazer esta comunicação, que por certo a Voz do Brasil retransmitirá a todos os Municípios brasileiros, quero dizer que não sabemos de notícia mais alvissareira, que representa ato de justiça às próprias raízes da nacionalidade, que são as nossas comunas.

Assim, Senhor Presidente, quero congratular-me com os municipalistas brasileiros, na pessoa de Vos-

* Não foi revisto pelo orador.